



Ministério da Educação

ATA DE REUNIÃO

COMITÊ DE GOVERNANÇA, INTEGRIDADE, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – CGIRC/MEC

(Portaria nº 503, de 28/5/2020)

ATA DE REUNIÃO

DATA: 14 de Abril de 2021, às 15h30.

LOCAL: Sala de Atos/MEC – 9º andar.

PARTICIPANTES :

| NOME | CARGO | ATRIBUTO |
|---|---|----------------------|
| Milton Ribeiro | Ministro | Presidente do Comitê |
| Victor Godoy Veiga | Secretário Executivo | Membro nato |
| Mauro Luiz Rabelo | Secretário de Educação Básica - SEB | Membro nato |
| Ilda Peliz | Secretária de Modalidades Especializadas de Educação - SEMESP | Membro nato |
| Paulo Roberto Araujo de Almeida | Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES | Membro nato |
| Carlos Francisco de Paula Nadalim | Secretário de Alfabetização - SEALF | Membro nato |
| Wandemberg Venceslau Rosendo Dos Santos | Secretário de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC | Membro nato |
| Wagner Vilas Boas de Souza | Secretário de Educação Superior - SESu | Membro nato |
| José de Castro Barreto Júnior | Secretário-Executivo Adjunto | Convidado |
| Adalton Rocha de Matos | Subsecretário de Planejamento e Orçamento - SPO | Convidado |
| André Henrique dos Santos Castro | Subsecretário de Tecnologia da Informação e Comunicação | Convidado |
| Carla Baksys Pinto | Subsecretária de Assuntos Administrativos - SAA | Convidada |
| Alexandre Gomide Lemos | Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno - AECI | Convidado |
| Marcelo Lopes da Ponte | Presidente do FNDE | Convidado |
| Cláudia Mansani Queda de Toledo | Presidente da Capes | Convidada |
| Danilo Dupas Ribeiro | Presidente do Inep | Convidado |
| Oswaldo de Jesus Ferreira | Presidente EBSEH | Convidado |
| Juliana Gonçalves Melo | Assessora Especial do Ministro | Convidada |
| Sylvia Cristina Toledo Gouveia | Diretora de Programa da Secretaria-Executiva | Convidada |
| Isabel Cristina Silva Chagas | Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva | Convidada |
| Luciana Nunes de Oliveira | Chefe de Gabinete da SPO | Convidada |
| Marina Silvestre de Alencar Sousa | Gerente de Projeto da Secretaria-Executiva | Convidada |

1. ASSUNTOS:

1ª PARTE - MANHÃ

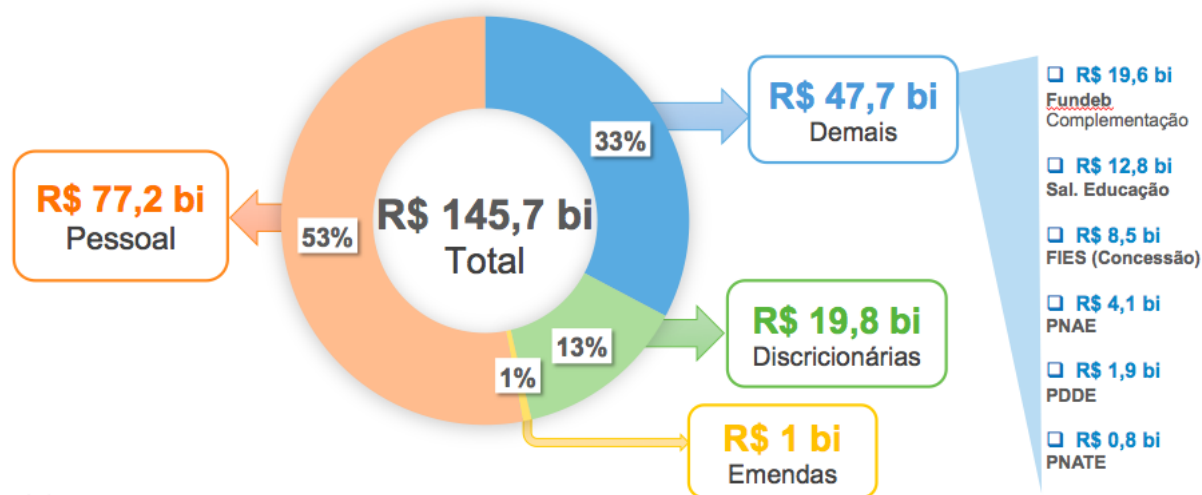
1.1. O Ministro Milton iniciou a reunião com breves comentários e passou a palavra para o Secretário-Executivo.

1.2. O Secretário-Executivo explicou que os trabalhos seriam divididos em duas etapas. Na primeira etapa, que ocorreu no período da manhã, cada secretaria faria suas ponderações com relação ao bloqueio de R\$ 2,7 bilhões no orçamento do MEC, quais os impactos na implementação dos programas. A segunda etapa, que ocorreu no final do dia, foi deliberativa e cada secretaria e entidade vinculada apresentou como absorveria o contingenciamento de forma a mitigar seus impactos. Antes de cada secretaria e entidade vinculada iniciar suas considerações, o Secretário-Executivo passou a palavra ao Subsecretário de Planejamento e Orçamento - SPO para breves explicações.

1.3. O Subsecretário de Planejamento e Orçamento apresentou a situação atual do orçamento do MEC:

Visão Geral do MEC – LOA 2021

R\$ Bilhões



OBS:

1. Pessoal: Despesas com ativos, inativos, benefícios, sentenças judiciais e reservas.
2. Discricionárias: RP 2 – Primário Discricionário (exceto emendas R\$ 10,7 ml); RP 9 – Emenda do Relator-Geral.
3. Emendas: RP 6 – Emendas Individuais; RP 7 – Emendas de Bancada; RP 2 - Emendas de Bancada Estadual.

Base SIAFI: 23/04/2021

1.4. A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC ponderou que é preciso discutir a distribuição da ação 20RH e quanto ficará disponível para cada secretaria. Com relação à ação 15R4 a sugestão da SPO é o bloqueio de R\$ 30 milhões causa impacto na finalização obras dos institutos federais, culminando paralisação das obras. No entanto, diante do cenário, é a melhor opção.

1.5. O Secretário de Alfabetização - SEALF ponderou que a ação de concessão de bolsa que sofreu já cortes. E que estudará com sua equipe as possibilidades para não impactar mais ainda essa ação.

1.6. O Secretário-Executivo questionou a SEALF se a secretaria teria condições de executar os R\$ 8,9 milhões das bolsas. o Secretário da SEALF informou a equipe está estudando a viabilidade da execução das bolsas aos professores, mas em uma versão on-line.

1.7. O Secretário-Executivo reforçou que a premissa é a garantia da execução do orçamento. Assim, as secretaria devem analisar sua capacidade de execução. O critério para a proposta de bloqueio das ações levou em consideração a execução das ações no ano passado. Mas manteve-se o cuidado de manter o orçamento dos programas que são prioritários e não prejudicar ainda mais as políticas das secretarias. No caso da SEALF, teve-se o cuidado de preservar o orçamento dos kits de literacia e o software de fluência.

1.8. O Subsecretário de Planejamento e Orçamento informou que é possível fazer o remanejamento do orçamento dentro de cada secretaria.

1.9. O Secretário de Educação Básica - SEB informou que o programa Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI saiu de R\$ 500 milhões, que foi a proposta do MEC na PLOA, para R\$ 100 milhões. A SEB precisa analisar melhor a situação, pois a partir do momento que o estado faz a adesão o MEC, por 10 anos, deve financiá-lo. Outro impacto é com relação ao acordo com Banco Mundial, pois pode ser que a SEB não cumpra o acordo, que inclui também a realização do SAEB em 2021. É difícil olhar para o orçamento da SEB e pensar em remanejamento se a SEB tiver que cobrir esse bloqueio. Outro impacto se refere ao corte de capital no PECIM, mas que talvez seja possível fazer um remanejamento. Outra ação que preocupa é a ação dentro do PNLD, mas que se refere à análise dos livros didáticos. Ano passado a SEB gastou R\$ 24,1 milhões nessa ação. Tem que garantir esse recurso, caso contrário correremos o risco de ficarmos sem os livros.

1.10. O Secretário-Executivo solicitou ao secretário da SEB que, para o EMTI, seja feita uma análise, por estado, da quantidade de matrícula e de quanto cada estado deveria receber e comparar com a planilha do saldo em conta. Essa análise é importante, pois a Resolução do programa respalda que o repasse seja efetuado só para os estados que executaram o recurso. Essa análise permite verificar de realmente os R\$ 100 milhões seriam suficientes para o EMTI nesse ano.

1.11. A Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação - SEMESP ponderou que a secretaria tem o menor orçamento do MEC. O que mais preocupa é o corte de R\$ 5 milhões para as escolas bilíngues. É preciso conversar internamente para verificar a possibilidade remanejar da ação formação.

1.13. O Secretário-Executivo, mais uma vez, reforçou com a SEMESP a questão da execução. É preciso garantir a execução do orçamento.

1.14. O Presidente do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE ponderou que preocupação é com relação à ação das obras das creches, que foi zerada. A sugestão é remanejar um pouco das ações do livro, porque só será executado em setembro/outubro e colocar nas creches.

1.15. No entanto, o Secretário-Executivo ponderou que a preocupação maior é garantir a continuidade das políticas e programas, mas também, adotar um critério que seja justificável perante os órgãos de controle e o Ministério Público, por isso que foi proposto manter inalterada a ação do livro, que foi o mesmo valor empenhado no ano anterior. A sugestão do FNDE só é viável se, o próprio FNDE, durante o processo do livro didático, conseguir algum tipo de economia, caso contrário, o FNDE terá dificuldade de garantir o PNLD.

1.16. A Presidente da Capes informou que a proposta é uma redução de cerca de R\$ 8% no seu orçamento, o que impacto de forma considerável. São mais de 100 mil bolsas ameaçadas a partir de junho/2021 e nas bolsas do país estarão ameaçadas a partir de outubro/2021.

1.17. O Presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH informou que não há como reduzir ainda mais o orçamento da empresa, pois caso contrário, será necessário o fechamento de leitos e o Ministério Público, imediatamente, questionará a empresa.

1.18. O Secretário-Executivo ponderou com SPO e SESU que talvez seja interessante preservar o orçamento da UFRJ e da UNIFESP nesse contingenciamento, pois elas não fazem parte da rede EBSEH, e os hospitais universitários dessas duas universidade também ajudam no combate a pandemia. Informou também a SESU e SETEC que o corte do Presidente não teve uma linearidade, mas que a nossa proposta é definir um critério linear.

1.19. Com relação ao INEP, o Secretário-Executivo informou que o Instituto sofreu alguns cortes, mas o bloqueio não causará grandes prejuízos, pois o orçamento do INEP ainda é um pouco superior do que o do ano passado.

1.20. A Subsecretária de Assuntos Administrativos - SAA ponderou que a preocupação está na execução dos contratos. Hoje, considerando o que já foi contratado com relação ao orçamento proposto tem-se um déficit. Outra preocupação é com relação ao contrato de publicidade que já está com déficit de R\$ 2 milhões.

1.21. O Subsecretário de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC informou que impacto é grande, principalmente, com relação a parte de desenvolvimento de software do MEC. A STIC sofreu com um corte de cerca de R\$ 8 milhões em cada, custeio e investimento. Fora o passivo. Demandas referente a aquisição de notebooks, renovação e contratação do datacenter, estrutura de backup não será implementados. Da parte de custeio, a STIC já

tem deficit dos contratos vigentes de cerca de R\$ 2 milhões. Quanto ao custeio do contrato com RNP, que impacta diretamente a SESU, e parte do escopo não está no contrato atual. Toda renovação do parque da Microsoft de licenças e migração de soluções para nuvem não serão possíveis de serem implementadas.

1.22. O Secretário-Executivo informou que as secretarias e as vinculadas terão até as 16h para encaminhar à SPO a proposta de contingenciamento. As informações encaminhadas pelas áreas serão apresentadas na 2ª parte da reunião que será deliberativa.

2. DELIBERAÇÃO:

2ª PARTE - TARDE

O Secretário-Executivo iniciou a reunião deliberativa. Ponderou que o MEC não ficará inerte, mas que serão enviados todos os reforços para recompor o orçamento do MEC

O Subsecretário de Planejamento e Orçamento informou que:

- SEMESP validou a proposta de contingenciamento de R\$ 5 milhões
- A Capes fez um pequeno remanejamento de R\$ 1,5 milhão entre as bolsas do ensino superior
- O FNDE encaminhou planilha com proposta de contingenciamento. A SPO informou ao FNDE que, em discussão com o Secretário Executivo, serão destinados recursos para as creches e que serão cerca de R\$ 355 milhões na 20RZ e na 12KU ficam livres R\$ 50 milhões e R\$ 5 milhões serão desbloqueados para a SEMESP
- STIC e SAA não encaminharam planilha, pois não sofreram bloqueio, só corte mesmo.

O Secretário da SESU informou que fez algumas simulações. Inicialmente, foi aplicado o percentual linearmente entre as universidades. Dessa forma, foi possível resolver o problema de algumas universidades, mas cria-se outras discrepâncias. Então, a proposta mais adequada para a SESU é acatar a sugestão da SPO de contingenciamento, mantendo a lógica do veto da LOA pelo Presidente.

O Secretário-Executivo SE concordou com a análise da SESU.

O Secretário da SEB fez um estudo detalhado do EMTI em cada estado. Ele informou que, já com o desconto do saldo em conta, o MEC teria que repassar R\$ 269 milhões. Hoje, com o bloqueio de R\$ 180 milhões, a SEB não tem como tirar de outras ações.

Mas o Secretário da SEB informou que ainda para o PNLD o PO da SEB está zerado e que precisa de R\$ 25 milhões para a análise do livro didático.

O Secretário-Executivo informou que vai solicitar esses R\$ 25 milhões do PNLD no momento da suplementação ou via PLN faz uma realocação. Com relação aos R\$ 5 milhões da SEMESP, eles serão colocados na taxa do FIES.

O Presidente do INEP informou que encaminhou a SPO a planilha com sugestão de bloqueio. O maior bloqueio foi no ENCCEJA para preservar o SAEB.

O Secretário da SETEC informou que, com base nas informações disponíveis, a decisão da SETEC foi uniformizar o percentual do contingenciamento entre os institutos federais.

Mas o Secretário-Executivo pediu que a SETEC fizesse simulações como a SESU fez. Assim, a SETEC se comprometeu a encaminhar nova proposta, se for o caso, até 12h (meio dia) do dia seguinte. Caso a SETEC não encaminhe, a SPO irá considerar a proposta encaminhada inicialmente à SETEC.

A SEALF informou que tem a ação 0000 que se refere às bolsas do Programa Tempo de Aprender, e com o bloqueio de R\$ 3 milhões o programa reduzirá o atendimento de 152 mil professores para 85 mil professores. A SEALF sustenta a tese de que não deve haver o contingenciamento. O Secretário fez a ressalva que o programa só será executado se o sistema (SisAlfa) estiver pronto. A perspectiva é iniciar o pagamento das bolsas em julho/2021.

O Secretário-Executivo sugeriu a aprovação das propostas de contingenciamento conforme o encaminhamento das planilhas pelas secretarias e entidades vinculadas.

Todos concordaram.

As propostas foram consolidadas na planilha em anexo (SEI 2632938).

Nada mais havendo a tratar, às 18h48, o Secretário-Executivo, Victor Godoy, encerrou a reunião.

MILTON RIBEIRO

Ministro de Estado da Educação

VICTOR GODOY VEIGA

Secretário-Executivo

MAURO LUIZ RABELO

Secretário de Educação Básica

CARLOS FRANCISCO DE PAULA NADALIM

Secretário de Alfabetização

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA

Secretário de Educação Superior

ILDA RIBEIRO PELIZ

Secretária de Modalidades Especializadas de Educação

PAULO ROBERTO ARAUJO DE ALMEIDA

MARCELO LOPES DA PONTE

Presidente do FNDE

CLÁUDIA MANSANI QUEDA DE TOLEDO

Presidente da CAPES

DANILO DUPAS RIBEIRO

Presidente do INEP

OSWALDO DE JESUS FERREIRA

Presidente da EBSEERH



Documento assinado eletronicamente por **Ilda Ribeiro Peliz, Secretário(a)**, em 04/08/2021, às 13:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Victor Godoy Veiga, Secretário(a)-Executivo(a)**, em 04/08/2021, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Wagner Vilas Boas de Souza, Secretário(a)**, em 04/08/2021, às 21:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Araujo de Almeida, Secretário(a)**, em 16/08/2021, às 22:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2629277** e o código CRC **0857091D**.